

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA  
PROVISÓRIA N° 890, DE 2019**

**REQUERIMENTO N° , DE 2019**

Requer a realização de audiência pública para debater os aspectos da Medida Provisória nº 890, de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, realização de **audiência pública**, no âmbito da Comissão Mista destinada a instruir a MPV 890/2019, “que institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde” para debater **a criação, estruturação e competências atribuídas à Adaps**. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS;
- Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – Conass;
- Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – Conasems;
- Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM;
- Representante da Federação Nacional dos Médicos – Fenam;
- Representante do Consórcio do Nordeste;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Secretaria Especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia;
- Representante do Ministério Público do Trabalho;
- Rede de Médicas e Médicos Populares.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 reza, em seu artigo Art. 198, inciso I, que “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo (...)"

CD/19634.70514-02

A Lei Orgânica de Saúde indica, em seu artigo 9º, que a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo, no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; nos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e nos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

Ora, a Lei Orgânica é clara ao definir, em seu artigo 16 (Seção II), que são competências da direção nacional do SUS, entre outras:

“...  
XIII - prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional;  
XV - promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal”

Já o artigo 18 define que compete à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS), entre outras, a de “*I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;*”

Assim sendo, a transferência da responsabilidade de gerir e executar a atenção primária dos municípios para a União, ainda que por Serviço Social Autônomo ou outra modalidade de administração indireta, não tem fundamento legal nos princípios constitucionais e organizacionais do SUS. Ademais, representará grave retrocesso, retroagindo ao sistema vigente antes da Constituição Federal de 1988, que tinha uma autarquia federal responsável pela gestão centralizada do sistema de saúde, que foi incapaz de garantir o acesso universal, equânime e integral à saúde.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,      de Agosto de 2019.

Deputado **ALEXANDRE PADILHA**  
**PT/SP**

Deputado **ZECA DIRCEU**  
**PT/PR**